

## RESENHAS

Ronaldo VAINFAS. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. SP: Companhia das Letras, 1995.

Carlo Ginzburg encontrou o extenso e rico processo movido pela inquisição friulana contra o moleiro Menocchio no momento em que pesquisava a documentação que serviria de base para a elaboração de sua obra a respeito da seita dos Benandanti, publicada entre nós com o título *Andarilhos do Bem*. Percebendo a complexidade e a dimensão inusitada que aquela evidência histórica poderia oferecer, reservou-lhe tratamento especial, tendo resultado o consagrado trabalho *O queijo e os vermes*. De modo similar, o historiador Ronaldo Vainfas teve o primeiro contato com os depoimentos inquisitoriais a respeito da Santidade de Jaguaripe quando vasculhava os arquivos em busca do material para a elaboração de *Trópico dos pecados*, debruçando-se posteriormente sobre eles para escrever *A heresia dos índios*, obra originalmente apresentada em concurso para professor titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

As similaridades entre o pesquisador italiano e o brasileiro, entretanto, não se limitam a isto. Ginzburg e Vainfas, cada um a seu modo, dedicam-se ao estudo dos fenômenos sócio-religiosos e culturais. O segundo deve bastante ao primeiro, o que fica bem evidenciado nas diversas referências e citações incorporadas no texto ora resenhado. Ambos são hábeis investigadores, manipulando com maestria os testemunhos invocados para documentar seus trabalhos; demonstram sutileza em suas análises, desenvoltura nas interpretações apresentadas, elegância no estilo e na construção da narrativa histórica. Vainfas, em particular, tem se destacado dentro da historiografia brasileira recente pelos temas abordados, pelas opções metodológicas adotadas e pelo refinamento conceitual, demonstrando que a história cultural está longe de ser apenas “enfeite”, e que a mesma pode revelar a complexidade dos processos históricos. O livro *A heresia dos índios*, em todos os casos, nos fornece prova cabal neste sentido.

O tema central desenvolvido diz respeito à eclosão de um movimento religioso entre os índios tupinambá no Recôncavo baiano, ocorrido em 1585, conhecido pelo termo Santidade de Jaguaripe. Os dados principais

foram registrados nos depoimentos recolhidos pelo Visitador do Santo Ofício da Inquisição, Heitor Furtado de Mendonça, quando esteve no Brasil em 1592. O volume de informações advém do fato de que um dos envolvidos com a seita indígena era o senhor de engenho local, o poderoso Fernão Cabral de Taíde. O livro procura recompor os dados atinentes ao movimento religioso, o envolvimento de colonos e mamelucos, bem como os dilemas e incertezas das autoridades clericais lusas diante de manifestações estranhas aos códigos culturais que estavam habituados a decifrar.

Para tanto, o historiador realizou além de extensa e profícua pesquisa documental, leituras bastante ecléticas, desde o trabalho clássico de Capistrano de Abreu a respeito da Visitação do Santo Ofício ao Brasil, até a monografia do folclorista baiano José Calazans; e trabalhos de cunho antropológico e etnográfico. Leu com olhos de antropólogo as Cartas Jesuíticas e as mais importantes crônicas do século XVI. Estabeleceu um certo diálogo interdisciplinar com nomes significativos da antropologia brasileira, entre os quais Kurt Nimuendaju, Alfred Métraux e Egon Schaden. Colocou por terra (segundo pensamos) a tese de Helène Clastres a respeito da natureza intrínseca do profetismo tupi-guarani concernente à Terra Sem Mal<sup>1</sup> ao demonstrar os vínculos indiscutíveis do florescimento do movimento religioso indígena com o processo de conquista e colonização.

Sob o ponto de vista conceitual, o historiador carioca soube articular suficientemente bem o conceito de “idolatria”, desenvolvido por Serge Gruzinski para o estudo das sociedades indígenas mexicanas durante o processo de colonização<sup>2</sup>, com o conceito de “milenarismo” (pertencente ao campo dos movimentos utópicos de caráter salvacionista), introduzindo nesta associação o conceito de “idolatrias insurgentes” - fenômenos de cunho religioso capazes de expressar a reação aberta dos indígenas face ao processo de conquista. Como ele próprio nos diz: “falar em idolatrias insurgentes significa referir-se, antes de tudo, a movimentos sectários, animados por mensagens francamente hostis ao europeu, sobretudo à exploração colonial e ao cristianismo, não obstante algumas delas tenham assimilado, em maior ou menor grau, ingredientes do catolicismo que tanto rejeitaram” (p. 34).

Amparado, portanto, em referenciais conceituais bem estabelecidos, Vainfas procura dar conta de problemas intrigantes e importantes, capazes de revelar a complexidade cultural e social do processo colonizador em seus primeiros momentos. A idolatria tupinambá permite a ele esmiuçar a teia de relações envolvidas entre os diferentes grupos e etnias na formação brasileira. A Santidade, em si mesma, resulta da mescla forçada

de crenças aborígenes com traços do catolicismo luso: o mito da Terra Sem Mal indígena acaba sendo cruzado com a perspectiva milenarista européia; os ídolos indígenas convivem na seita lado a lado com a cruz e a simbologia cristã; determinados participantes da seita são identificados com personagens bíblicos e o próprio líder, Antônio Tamandaré, por vezes acaba sendo identificado com o papa. Mas não é só. Os adeptos e simpatizantes do movimento pertencem ao mundo indígena e ao mundo do colonizador, e determinados participantes identificam-se com as categorias mestiças decorrentes da fusão entre portugueses e indígenas. Como ele nos diz: “a Santidade não foi monopólio dos “índios cristãos”, mas acabou vivenciada por “gentio pagão”, “negros da Guiné”, brancos, mamelucos” (p. 158). Certamente as considerações a respeito do papel dos mamelucos como figuras híbridas étnico-sociais revelam-se bastante interessantes para a compreensão das ambigüidades e disjunções culturais resultantes da colonização.

A obra divide-se em três partes. Na primeira (Santidades e idolatrias em perspectiva histórica), o historiador levanta o problema da relação entre as idolatrias e o fenômeno de conquista colonial (cap. 1), estabelece historicamente a relação entre o profetismo tupi com o caso específico da Santidade de Jaguaripe (cap. 2), e descreve as fontes históricas, problemas e circunstâncias relacionadas ao seu objeto de estudo (cap. 3). Na segunda (Santidade: morfologia da aculturação na situação colonial), analisa os elementos constitutivos dos mitos e ritos da seita a partir das informações extraídas das fontes inquisitoriais (caps. 4 e 5), bem como os grupos e personagens envolvidos com a mesma (cap. 6). Na terceira (Santidade: o teatro da Inquisição), procura verificar, a partir dos filtros culturais atuantes no olhar dos visitantes, as atitudes e interferências do colonizador sobre o colonizado, as representações elaboradas a respeito da seita e as punições destinadas aos que se envolveram com ela (cap. 7), assim como os reflexos das práticas idolátricas em textos e depoimentos de representantes da cultura erudita européia (cap. 8).

Quanto ao modo de perceber os problemas enfocados, o trabalho de Vainfas nos parece inovador em dois aspectos. Primeiramente, por não desvincular o objeto de estudo de uma perspectiva ampla e aberta, em que confluem dados das representações culturais e das realidades sociais: a idolatria tupinambá não aparece confinada ao âmbito exclusivo das manifestações religiosas, mas é percebida enquanto movimento de rebeldia ao processo de conquista, sendo comparada com movimentos da resistência indígena no domínio hispânico (por exemplo, com o *Taqui Ongoy* peruano), e formas de resistência posteriores dos negros escravizados no Bra-

sil. Segundo o autor, “a Santidade se tornaria verdadeiro sinônimo de idolatria e rebelião -algo próximo, talvez, ao significado da palavra “quilombo” ou “mocambo” no vocabulário dos colonizadores a partir de meados do século XVII” (p. 222).

Deste rico e complexo inventário das diferenças e ambigüidades culturais dentro do processo de conquista e resistência, dois aspectos, em nosso entender, merecem ser colocados em discussão. O primeiro diz respeito ao modo como Vainfas interpretou a “leitura” dos jesuítas e inquisidores a respeito das crenças indígenas. Para ele, parte das considerações destes representantes da cultura européia resultavam de “projeções culturais”, numa tentativa de aproximação das “superstições indígenas” com o imaginário da Cristandade. Isto fez com que o próprio historiador, em certos casos, observasse traços das crenças indígenas com os “filtros” culturais dos europeus. Assim, quando se refere ao depoimento de José de Anchieta a respeito de que, na concepção indígena, um navio chegaria em breve trazendo a alma dos ancestrais (signo da libertação dos índios escravizados, numa inversão da ordem estabelecida), Vainfas infere que tratar-se-ia de uma tradução das superstições autóctones para o imaginário da velha Europa, baseando-se no fato de que em nenhum dos depoimentos feitos aos visitantes do Santo Ofício houve menção similar. Como explicar, então, que em diversos movimentos “messiânicos” indígenas, ocorridos inclusive no século XX, as menções ao retorno de um barco com os ancestrais tenham sido registradas? Não se trataria, neste caso, de um elemento próprio dos movimentos indígenas, conhecido pelo termo genérico de *Cargo-cults*?<sup>3</sup>

O segundo diz respeito ao modo pelo qual Vainfas interpretou a “adesão” do escravocrata Fernão Cabral de Taíde à seita tupinambá. Para ele, Fernão Cabral teria se aproximado do movimento, e inclusive atraído seus participantes para a sua fazenda em Jaguaripe com a intenção de manipulá-lo e servir-se da mão-de-obra indígena, malgrado informar que, segundo os depoimentos, o referido mostrava-se reverente para com os ídolos e práticas cultuadas entre o gentio. Não se trataria, uma vez mais, de posição unilateral do historiador, motivada talvez em virtude das atrocidades pessoais praticadas pelo potentado do século XVI, pela sua aparente falta de caráter? O problema é que, ao considerar os fatos sob este prisma, não estaria o historiador avaliando as atitudes de um personagem histórico valendo-se de premissas e juízos que lhe eram estranhos? Poderia um homem do século XVI estar acima das crenças e convicções de seus contemporâneos? De certo modo, é o mesmo problema sobre o qual Lucien Febvre se debruçou ao tratar do problema da descrença no século XVI

para responder ao suposto ateísmo de Rabelais<sup>4</sup>, ou o que Carlo Ginzburg enfocou ao discutir o comportamento ambíguo do desconhecido Menocchio, ambos reconhecendo em suas investigações o peso das contingências históricas sobre os atores sociais. Fica portanto a questão: estaria o nosso escravocrata quinhentista “maquiavelicamente” imune às crenças de seu momento?

O livro *A heresia dos índios*, como se pode ver, mostra-se em todos os sentidos interessante e aberto para questões inovadoras e o debate acadêmico franco. O autor soube conduzir as questões propostas com coerência, rigor na análise e precisão conceitual, sem deixar de levantar hipóteses e formular proposições instigantes e inovadoras. As fontes empregadas provêm em parte de pesquisa realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e em parte de material impresso já publicado (crônicas, tratados religiosos e documentos oficiais da monarquia portuguesa). A bibliografia utilizada mostra-se atualizada e bastante pertinente ao tema tratado. No final do livro, um índice remissivo contempla nomes e assuntos abordados. Trata-se, pois, de leitura indispensável para qualquer pesquisador ou estudioso da história colonial e da cultura brasileira, e certamente terá em pouco tempo o reconhecimento merecido.

JOSÉ RIVAIR MACEDO  
Dep. História-UFRGS

1. Hélène CLASTRES. *Terra Sem Mal: o profetismo tupi-guarani*. SP: Ed. Brasiliense, 1978. Segundo a tese desta autora, o profetismo tupi-guarani concernente à Terra Sem Mal não esteve associado aos fenômenos de natureza messiânica, devendo ser buscado nas tensões internas da própria organização social e religiosa indígena.
2. Desenvolvido em *La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español*. Trad. Jorge Ferreiro. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
3. Sobre os Cargo-cults, ver Vittorio LANTERNARI. *As religiões dos oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. SP: Ed. Perspectiva, 1974. A respeito do problema entre movimentos indígenas brasileiros, cf. Julio Cezar MELATTI. *O messianismo Kraho*. SP: Ed. Herder, 1972; e William H. CROCKER. “O movimento messiânico Canela”. In: Egon SCHADEN. *Leituras de etnologia brasileira*. SP: Companhia Editora Nacional, 1976, pp.515-531.
4. Lucien FEBVRE. *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa: Início, s/d.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento; o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, 325 p.\*

Paulo Vizentini, docente de História Contemporânea e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é autor experiente. Após haver publicado textos sobre História do Brasil e, nomeadamente, a respeito de temas relacionados àquelas disciplinas (*A 2ª Guerra Mundial, Guerra do Vietname, Da Guerra Fria à Crise*) e de ter coordenado obra coletiva sobre *A Grande Crise - A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*, desta vez o professor Vizentini nos oferece um trabalho, de maior fôlego do que os anteriores, sobre importante período da história política externa brasileira, tendo como mote principal a barganha nacionalista iniciada no começo dos anos cinquenta.

A política externa brasileira, de um modo ou de outro, tem sido um instrumento a serviço do desenvolvimento nacional; variaram apenas a ênfase, os métodos e a natureza dos caminhos adotados - uns percorridos, outros não mais que vislumbrados - que deveriam levar ao fim do atraso econômico e social do país. Vizentini reforça essa nossa concepção ao demonstrar que foi na década de cinquenta que esse caráter instrumental ganhou novo ímpeto. Para o Autor, a segunda ascensão de Vargas constituiu-se numa linha divisória entre a política externa alinhada aos Estados Unidos e a caracterizada pela barganha nacionalista e pela multilateralização das relações internacionais do Brasil. Isto significou o início de "uma autêntica política externa para o desenvolvimento" (p.10), que adquiriu uma forma mais acabada no período da Política Externa Independente (PEI) dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

Para chegar a tais conclusões, Vizentini fez um balanço da política externa brasileira desde as suas origens, a fim de situar o objeto de sua análise no quadro de uma visão mais geral. A análise propriamente dita inicia-se com a apreciação dos contextos mundial e nacional da década de 1930 e do comportamento do Itamarati em face da realidade cambiante em que eles, normalmente, se constituem. Aliás, o estudo da política externa brasileira em nenhum momento está descolado da realidade interna, exposta em dose exata para justificar as propostas governamentais elaboradas no plano externo.

A análise, afora outros aspectos, passa pela lei de remessa de lucros de Vargas, aprovada em 1952, colocada por Vizentini como um elemento

---

Resenha publicada anteriormente na revista *Contexto internacional* do IRI/PUC-RIO, v.18/1, 1996.

de barganha com os Estado Unidos da mesma forma que o Acordo Militar com este país, que previa a exportação de minerais estratégicos, a preço de mercado, em troca de armas e equipamentos bélico. O nacionalismo e o “esquerdismo” de algumas mudanças promovidas pelo governo Vargas não só reforçavam a legitimidade deste como eram um instrumento de pressão. Além disso, houve uma mudança qualitativa no discurso diplomático referente ao desenvolvimento e um melhor aproveitamento dos espaços proporcionados pelos organismos multilaterais, tanto os mundiais quanto os regionais. Vargas quis dar, assim, à diplomacia brasileira, uma dimensão que ia além dos limites hemisféricos, com vistas ao aumento do prestígio nacional, à uma maior preocupação do Brasil naquele organismos, e a novas alternativas para seu comércio exterior.

Embora o governo Vargas tenha procurado alterar as bases do alinhamento tradicional aos Estado Unidos com a finalidade de formular “uma autêntica política externa para o desenvolvimento” (pág. 115), houve dubiedade e vacilação. Exemplos foram observados na X Conferência Internacional Americana (1954) de Caracas, quando apoiou proposta de resolução apresentada pela delegação norte-americana, embora com a ressalva de que a erradicação da pobreza era a arma mais eficaz contra o comunismo, reafirmando, aliás, posição brasileira já defendida anteriormente e que seria reiterada, com ênfase, por Juscelino Kubistchek para fundamentar a sua Operação Pan-americana (OPA). Outras vacilações de Vargas foram constatadas no caso das ultracentrífugas alemãs e na troca de minerais estratégicos por trigo norte-americano sem a chamada compensações específicas na área da tecnologia nuclear.

A busca de uma maior aproximação da América Latina, subordinava-se, também, aos interesses do desenvolvimento nacional, uma vez que Vargas tinha em vista o potencial daquela área como escoadouro para as exportações brasileiras em momentos de conjuntura difícil, bem como a eventual utilização da unidade latino-americana como mais um elemento de barganha.

Sob esse mesmo enfoque situa-se a procura de alternativas, embora com escassos resultados, fora da área do dólar, tanto par ao comércio exterior quanto para a obtenção de recursos. Esse início de acercamento das nações socialistas foi, portanto iniciativa já do 2º governo Vargas e não uma inovação da política externa de Quadros e Goulart, como os analistas menos atentos têm ressaltado.

A industrialização e a modernização do país levariam à sua independência econômica, fundamentos do nacional-desenvolvimentismo de Vargas. A burguesia nacional não via antagonismo entre capital estran-

geiro e interesse nacional. Aquele era necessário; deveria ser atraído, mas bem administrado e disciplinado segundo a ótica varguista. O dado importante é que a bipolaridade rígida do período (diferentemente do que ocorrera na conjuntura imediatamente anterior à segunda guerra, quando Vargas teve sucesso) era um obstáculo às pretensões desenvolvimentistas não só do Brasil como de toda a América Latina.

Depois do hiato representado pelo governo Café Filho (que promoveu um retorno da política externa aos moldes do que fora na gestão de Dutra) e pela primeira metade da administração JK, a política externa brasileira sofreu uma guinada a partir do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) em 1958. Esta, segundo Vizentini, foi o momento crucial do governo JK no referente à política externa, pelo fato de ter retomado a barganha nacionalista, abandonada desde o suicídio de Vargas, e porque concomitantemente a proposta da OPA houve uma reaproximação do Brasil ao bloco socialista, tendo o próprio JK feito a defesa do restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética.

Nessa linha, a política Externa Independente (PEI) dos presidentes Quadros e Goulart foi a continuidade do nacionalismo, já manifesto desde o governo Vargas, e que visava ao fortalecimento nacional, lançando as bases da moderna diplomacia brasileira, esta, sim, identificada ainda mais com sua função instrumental em prol do desenvolvimento. Embasada na emergência das massas urbanas em segmentos destas, organizados, juntamente com a burguesia nacional, em torno do projeto desenvolvimentista, a PEI, par a Vizentini, foi "um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil" (pág. 304), e vinculada às mudanças que então se observavam no cenário mundial. Foi uma resposta brasileira ao descaso norte-americano pela América Latina.

A crise dos mísseis de Cuba em outubro de 1962 e o decorrente aumento do prestígio e da capacidade de iniciativa dos Estados Unidos em face da União Soviética, juntamente com a reação de segmentos internos de opinião conservadora, estreitaram sensivelmente a margem de manobra do governo brasileiro, cuja PEI assim se esvaziou como instrumento de barganha. Com a crise do populismo e o advento do governo Castelo Branco a PEI foi abandonada, embora transitoriamente.

O texto, originalmente tese de doutorado defendida no Departamento de História da Universidade de São Paulo, foi bem concebido no seu plano de exposição, o que lhe confere lógica e didatismo, sobretudo pela inclusão de quadro sinótico e de cronologia ao final de cada capítulo. Essa estratégia leva o leitor a uma síntese revisora, parte por parte. Ao final, no capítu-

lo conclusivo, o Autor retoma a essência da argumentação distribuída ao longo do volume a fim de refazer o seu pensamento de modo a clarificá-lo ainda mais, apresentando, assim, de modo coerente, um “balanço de uma experiência diplomática”, devidamente situado na política externa brasileira. Trata-se de um trabalho interpretativo, mas também rico em informações, competentemente trabalhadas e rigorosamente delimitadas ao tema de modo a responderem fielmente ao título da obra.

CLODOALDO BUENO  
UNESP